

São Paulo, 1 de setembro de 2020

Excelentíssimo Sr. Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado,

A Associação Brasileira de Medicina de Tráfego – ABRAMET, sociedade científica que representa os médicos especialistas em Medicina de Tráfego, hoje cerca de 8 mil, vem respeitosamente solicitar à Vossa Excelência apoio ao substitutivo do deputado Juscelino Filho ao Projeto de Lei 3267/2019, que trata do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e foi aprovado pelo na Câmara dos Deputados.

Desde o início da tramitação do PL 3.267/2019, a ABRAMET aprofundou o debate em torno da proposta, de forma a construir um consenso que permitisse a modernização do CTB, sem, no entanto, enfraquecer normas destinadas a redução dos acidentes de trânsito no País.

O projeto que foi entregue para análise da Câmara dos Deputados pelo presidente da República continha como principais objetivos a desburocratização e a redução dos custos para os motoristas. Propunha ainda modificações no sentido de flexibilizar regras, pelas quais recebeu muitas e justas críticas. Estas críticas, no entanto, não mais são justificáveis em relação ao substitutivo aprovado.

O Substitutivo apresentado pelo relator deputado Juscelino Filho, foi resultado de árduo trabalho parlamentar na Comissão Especial, contemplou o interesse da sociedade e garantiu pontos importantes para a redução dos acidentes e a preservação da vida no trânsito, considerando que ouviu, em audiências públicas, entidades e Sociedades Científicas envolvidas com a temática.

Ao se analisar com isenção o Substitutivo, comprovam-se nítidos avanços para a segurança de trânsito nas áreas da Educação, Saúde, Normatização e Fiscalização, como os abaixo exemplificados:

- Torna mais eficaz, rigoroso e científico o uso das “Cadeirinhas” no transporte de crianças no interior dos veículos;
- Amplia de 7 para 10 anos a idade mínima para que crianças possam ser transportadas em motocicletas;
- Regulamenta o tráfego de motocicletas nos corredores;
- Mantém a exigência de controle efetivo de uso de álcool e substâncias psicoativas por condutores;
- Confere ênfase à Educação para o Trânsito;
- Cria o Cadastro Positivo de condutores;
- Avaliação Psicológica obrigatória para condutores envolvidos em acidentes graves para os quais tenham contribuído;

Exames de Aptidão Física e Mental realizados por Especialistas em Medicina de Tráfego;

- Avaliações Psicológicas realizadas por Especialistas em Psicologia de Trânsito;
- Mantém a prerrogativa médica de definir a validade da CNH em função das patologias identificadas no EAFM, caso representem risco para a condução veicular;
- Criação de métodos visando a qualificação dos profissionais que realizam as perícias;
- Determina consulta Pública prévia para que entre em vigor Normas Regulamentares do CONTRAN;
- Isenta de pontuação infrações administrativas por não implicarem em risco para a produção de acidentes;
- Exige comprovação de atendimento ao recall;
- Estabelece prioridades aos veículos destinados ao socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização, os de operação de trânsito e as ambulâncias;
- Estabelece normas para que os pedestres atravessem com segurança as vias por ocasião da passagem de veículos de emergência;
- Estabelece a exigência de utilização de farol de luz baixa durante o dia e a noite para os veículos de transporte coletivo de passageiros, quando circularem em faixas ou pistas a eles destinadas, e as motocicletas, motonetas e ciclomotores.

A Associação Brasileira de Medicina de Tráfego sente-se no dever de demonstrar sua preocupação com as vidas colocadas em risco pela procrastinação de medidas que poderiam estar protegidas caso o trâmite do PL não fosse protelado. Exemplos:

Risco 1: Impossibilidade de penalizar com multa e pontuação quem não transportar crianças nos dispositivos de segurança apropriados no interior dos veículos.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou parcialmente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2998 e afastou a possibilidade de estabelecimento de sanções por parte do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A decisão de nulidade de parte do artigo 161, ao declarar nulo o trecho “ou das resoluções do CONTRAN” deste dispositivo legal, se alguém DESCUMPRIR UMA RESOLUÇÃO DO CONTRAN, seu comportamento não poderá mais ser considerado infração de trânsito. O Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados teve intenção de afastar dúvidas quanto à manutenção da exigência de dispositivo de retenção especial (“cadeirinha”) para crianças, considerando o decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI no 2.998 que, outrossim, implicou na proposta de alteração do art. 161.

Risco 2: Exposição ao risco de ferimentos graves e mortes das crianças entre 7 anos e meio e 10 (dez) anos de idade sendo transportadas utilizando o cinto de segurança do veículo, conforme a determinação da Resolução nº 277 do CONTRAN.

A Resolução 277 do CONTRAN que dispõe sobre o uso das “cadeirinhas” expõe ao risco de ferimentos graves e morte as crianças com idade entre 7 anos e meio e 10 (dez) anos de idade. O Substitutivo aprovado corrige essa impropriedade contemplando normas internacionais e o conhecimento científico da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - Abramet, Sociedade Brasileira de Pediatria e ONG Criança Segura.

Risco 3: Exposição ao risco de ferimentos graves e morte de crianças que a partir de 7 anos obtém a permissão para serem transportadas em motocicletas.

O CTB vigente permite que crianças possam ser transportadas em motocicletas a partir dos 7 anos de idade. A estrutura de crianças até essa idade ainda está em fase de desenvolvimento e, seus ossos e órgãos são mais frágeis que os de um adulto. Além disso, não têm a destreza suficiente para sustentar-se adequadamente na garupa dos veículos de duas rodas. O Substitutivo ampliou a idade mínima para que crianças possam ser transportadas em motocicletas, motonetas ou ciclomotores dos 7 (sete) para os dez 10 (dez) anos.

Risco 4: Exposição ao risco de ferimentos graves e morte de motociclistas que circulam, sem disciplina, entre os corredores.

A maior morbimortalidade do trânsito brasileiro recai sobre os motociclistas. Estudo de acidentes fatais da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo, observou que “a velocidade excessiva e o pilotar entre faixas de tráfego (no “corredor”) são os fatores que mais contribuíam para a ocorrência dos acidentes”.

O Substitutivo regulamenta o tráfego de motocicletas, motonetas e ciclomotores pelo corredor quando o trânsito estiver parado ou lento, conferindo com segurança aos pedestres e demais veículos. Impõe limites ao tráfego das motocicletas, com o objetivo de reduzir uma das causas mais frequentes de internações e invalidez em decorrência de acidentes de trânsito.

Risco 5: Exposição ao risco de ferimentos graves e morte por acidentes provocados por defeitos de fabricação dos veículos automotores.

Apesar da importância de os proprietários de veículos comparecerem às concessionárias para reparar algum defeito constatado, são frequentes os casos de descumprimento, colocando em risco a segurança dos condutores desses veículos e de outras pessoas. Em muitos casos os riscos são

graves, entre eles incêndio do veículo, perda do freio, perda da dirigibilidade e até lançamento de fragmentos metálicos nos ocupantes do veículo podendo causar ferimentos graves e até mesmo a morte. O Substitutivo reduz o tempo em que o veículo circulará com *recall* pendente, minimizando o risco de acidentes de trânsito.

Com os melhores cumprimentos, agradecemos Vosso apoio.

Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET)



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO Nº 2/2021

Junte-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. PLS nº 158 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.092667/2020-54
2. PL nº 575 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.10884/2020-21
3. PEC nº 187 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.114120/2020-17
4. PEC nº 65 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.040432/2020-87
5. PL nº 2630 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.075445/2020-77
6. PL nº 5961 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.092670/2020-78
7. PL nº 735 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.092684/2020-91
8. PL nº 2139 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.092409/2020-78
9. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.092403/2020-09
10. PL nº 439 de 2015. Documento SIGAD nº 00100.092392/2020-59
11. PL nº 1095 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.092398/2020-26
12. PL nº 3267 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.077595/2020-15
13. PL nº 1615 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.100994/2020-97
14. PLC nº 134 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.077607/2020-10
15. PL nº 3204 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.077632/2020-95
16. MPV nº 983 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.077660/2020-11
17. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.072552/2020-43
18. MPV nº 927 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.072366/2020-12
19. MPV nº 975 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.087563/2020-28
20. PEC nº 18 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.073354/2020-05
21. PL nº 2048 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.073322/2020-00
22. PLS nº 166 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.072565/2020-12
23. PLS nº 166 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.073287/2020-11



24. PEC nº 110 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.088138/2020-56
25. PEC nº 110 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.077096/2020-28
26. PL nº 5106 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.113120/2020-08
27. MPV nº 910 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.049575/2020-54
28. PL nº 3267 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.050001/2020-29
29. VET nº 39 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.080420/2020-95
30. VET nº 39 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.079993/2020-76
31. PEC nº 21 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.076390/2020-12
32. PLS nº 486 de 2017. Documento SIGAD nº 00100.076416/2020-22
33. VET nº 30 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.085426/2020-59
34. PL nº 3932 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.083745/2020-20
35. PL nº 4458 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.085080/2020-99
36. PL nº 3267 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.074819/2020-37
37. MPV nº 961 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.079662/2020-36
38. PLS nº 5 de 2015. Documento SIGAD nº 00100.106067/2020-81
39. MPV nº 951 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.069133/2020-24
40. MPV nº 951 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.070465/2020-51
41. PL nº 3364 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.102688/2020-95
42. PL nº 3267 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.079555/2020-16
43. PL nº 3267 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.079858/2020-21
44. PL nº 4414 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.080005/2020-31
45. PL nº 4021 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.081717/2020-78
46. PLP nº 197 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.081717/2020-78
47. PL nº 172 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.082379/2020-70
48. PL nº 6549 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.082379/2020-70
49. PLS nº 349 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.082379/2020-70
50. PEC nº 187 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.082379/2020-70

Secretaria-Geral da Mesa, 21 de janeiro de 2021.

(assinado digitalmente)
JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

